



A CONSTRUÇÃO DO MODELO NEOLIBERAL: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO MERCADO NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES POR APLICATIVO

Renata Louyse de Carvalho¹

RESUMO

Com o desenvolvimento do capitalismo, a construção de um modelo de trabalhador se tornou substancial para garantir o alinhamento entre teoria e prática. Nesse sentido, o presente artigo objetiva promover uma análise acerca do discurso fundador do neoliberalismo e seus impactos na formação dos trabalhadores por aplicativo. Faz-se, ainda, uma discussão sobre as políticas adotadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Expõe-se, por fim, o dismantelamento dos direitos trabalhistas como reflexo dessa doutrina. Para tal, o trabalho debruçou-se em uma pesquisa bibliográfica, construindo um olhar crítico a partir da leitura de artigos científicos e de livros sobre a temática.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Flexibilização dos direitos trabalhistas. Trabalhador por aplicativo.

1 INTRODUÇÃO

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, estagiária da Caixa Econômica Federal, monitora da disciplina de Direito das Relações de Consumo e membro do núcleo Urbano do projeto MOTYRUM.

O sistema capitalista, em sua origem, surge como resposta ao declínio do feudalismo e é impulsionado pelo acúmulo de riquezas provenientes da expansão marítima dos séculos XV e XVI. Como fruto desse sistema, as organizações de trabalhadores da Idade Média sofreram profundas alterações, sendo a atividade industrial a força-motriz que comandava a divisão social e territorial do trabalho. Devido a sua característica basilar, a acumulação de lucro, o sistema precisaria ser gerido de forma que a prática fosse fiel à teoria, de modo que não existiria espaço para adaptações.

No final do século XIX, Winslow Taylor desenvolve a ideia de gerência científica, fundado na tentativa de aplicar os métodos científicos ao controle de trabalho nas empresas capitalistas. Taylor desenvolveu sua teoria e, por meio de métodos de experimentação do trabalho, criou regras e maneiras padrões de executá-lo de modo a aliar tempo e movimento. Para tal feito, a distância entre execução e concepção do labor deveria ser diminuída, gerando a desapropriação do saber do trabalhador.

Contemporaneamente, em pleno século XXI, as premissas de Taylor ainda possuem relevância e, cada vez mais, faz-se necessário reuni-las na concepção de um trabalhador ideal ao sistema. Somado a isso, a economia neoliberal, desenvolvida para pôr fim às crises do sistema capitalista, alia-se a essa equação, evocando um discurso largamente atrativo: a possibilidade do trabalhador ser o seu próprio patrão.

Sendo assim, o presente artigo propõe-se a analisar o discurso fundador do neoliberalismo, bem como os impactos trazidos por este na formação dos trabalhadores por aplicativo. Para tanto, o estudo realizado utilizou-se de pesquisa bibliográfica, trazendo relevantes ponderações de diferentes autores acerca do tema, como Marx, Engels e demais estudiosos brasileiros. Tal análise bibliográfica, baseada principalmente em artigos científicos e livros, possibilitou a construção de um olhar crítico sobre o tema.

2 A CONSTRUÇÃO DO MODELO NEOLIBERAL COMO SOLUÇÃO PARA AS CRISES DO SISTEMA CAPITALISTA

Ao se dedicar aos estudos sobre o sistema capitalista, o filósofo e sociólogo alemão Karl Marx (2014, p. 300) percebeu que, ao longo da história, uma característica desse modelo de produção se repetia ciclicamente: as crises. Concebido para ser um sistema pautado na irracionalidade do processo produtivo, o capitalismo está fundado em duas premissas que

permitem o ir e vir dos períodos de instabilidade: a crença de que a concorrência gera o caos da produção e o fato de que o sistema não tem como princípio as necessidades sociais.

A primeira delas preconiza que, ao colocar os produtos no mercado, os capitalistas iriam competir desregradamente entre si, gerando uma superprodução que não se refletiria em alto consumo por parte dos trabalhadores. Como resultado, os indivíduos não conseguiriam comprar os bens e o lucro dos empresários iria decrescer. A segunda premissa sugere a satisfação do lucro dos proprietários como força motriz do sistema, não havendo espaço para preocupações sociais.

Nesse sentido, em agosto de 1929, o capitalismo se deparava com a maior crise vivenciada pelo sistema até então. Em decorrência da Primeira Guerra Mundial, somente nos Estados Unidos, o índice de desemprego chegou a alcançar 30%² nesse período. Suas proporções foram tão assustadoras que as teorias vigentes foram insuficientes para resolvê-las. A sensação de prosperidade era tão grande que a população demorou a entender que estava caminhando ao declínio. Foi durante esse cenário que surgiu a teoria keynesiana. John Maynard Keynes, economista nascido em Londres, foi o responsável por elaborar uma teoria capaz de tirar o capitalismo daquele quadro: o investimento.

Ao estudar sobre o keynesianismo, Hobsbawm (1995, p. 100) constatou que um dos princípios dessa teoria econômica é uma maior atuação por parte do Estado. Assim, o Estado deveria tomar as rédeas e assumir a função da demanda. Como os capitalistas só investiam se houvesse uma expectativa futura, o Estado deveria comprar equipamentos, acelerar a capacidade produtiva e ampliar os bens de capital. Em consequência desse suporte econômico estatal, durante a década de 1940, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, o sistema capitalista passou pelos Anos Dourados de pleno emprego, regulares adaptações aos salários dos trabalhadores e um grande crescimento econômico. No entanto, é certo que haveria um preço para adotar tais medidas. O Estado precisaria realizar investimentos maciços, gerando, a longo prazo, um grande déficit público. Contudo, tais efeitos a serem pagos se mostraram insignificantes, frente a uma crise avassaladora instaurada.

A atmosfera de incentivo ao consumo, aliado ao pleno emprego, foi de grande relevância no contexto de iminente necessidade de reconstrução econômica no pós-Segunda Guerra. A adoção dessas medidas foi capaz de ressurgir a prosperidade econômica e gerar os

² ALMEIDA, Cássia. **Sistema de proteção social criado na Grande Depressão dura até hoje.** *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 out. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/sistema-de-protecao-social-criado-na-grande-depressao-dura-ate-hoje-24038351>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

lucros que os capitalistas esperaram, mas, ao final da década de 1960, observa-se que o modelo já demonstrava sinais de exaustão.

Em 1973, as previsões de Marx se concretizaram novamente e mais uma crise capitalista estava a surgir. Durante as décadas de 1920 e 1930, a Arábia Saudita despontou como maior produtora de petróleo não somente no Oriente Médio, mas no mundo, desbancando o Irã. O Kuwait e o Iraque surgem também como fortes concorrentes de produtores do combustível. Paralelamente a isso, os Estados Unidos (EUA), maior produtor e consumidor mundial no início do século XX, passou a enfrentar uma queda na produção na década de 1970.

A crise do petróleo surge, então, como reflexo da Guerra do Yom Kippur, travada entre os países do Oriente Médio. Ao declarar apoio à Israel, os Estados Unidos e os países europeus sofreram um embargo na exportação de petróleo, ocasionando um aumento no preço do barril. A instabilidade tomou proporções mundiais pois, ao temer a perda de dinheiro, os EUA resgataram títulos de tesouro nos países subdesenvolvidos, gerando um colapso mundial. Somado a isso, a máquina pública já apresentava sinais de esgotamento enquanto o setor privado estava fortalecido por meio dos subsídios estatais.

Diante desse cenário, para restabelecer a taxa de lucro, novas medidas precisariam ser adotadas. O Estado não mais podia ter o controle do mercado, que passaria a atuar em rédeas. Com essa fórmula, naturalmente, o crescimento econômico e a distribuição de renda seriam restauradas. Dessa forma, a *mão invisível do mercado* seria a responsável pela desregulamentação da força de trabalho, pela redução do déficit público, controle da inflação e equilíbrio nos orçamentos. Considerando-se essa perspectiva, para Marx e Engels (2002, p. 33-34):

Nas crises eclode uma epidemia social que teria parecido um contra-senso a todas as épocas anteriores: a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se bruscamente de volta a um estado de barbárie momentânea: dir-se-ia que a fome ou a guerra geral de aniquilamento tolheram-lhe todos os meios de subsistência: a indústria e o comércio parecem aniquilados. E por quê? Civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. As forças produtivas de que dispõe já não servem para promover a civilização burguesa e as relações de propriedade burguesas; ao contrário, tornaram-se poderosas demais para essas relações; e são por elas entravadas. E, assim que superam esse obstáculo, precipitam toda a sociedade burguesa na desordem, colocam em perigo a existência da sociedade burguesa. As relações burguesas tornaram-se estreitas demais para conterem a riqueza que produziram. – Como a burguesia supera as crises? De uma parte, pelo

aniquilamento forçado de um enorme contingente de forças produtivas; de outra, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais acirrada dos antigos.

No ano de 1989, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Departamento de Tesouro dos Estados Unidos, aliados a inúmeros países, reuniram-se no intuito de legitimar tais medidas. Seguindo as recomendações, os países e suas economias estariam rapidamente restaurados. Surge, por consequência, o neoliberalismo. Os objetivos do modelo neoliberal incluem obediência e proteção aos interesses econômicos das elites, utilizando das privatizações para tanto. O papel do Estado é reduzido, restringindo a sua atuação a momentos de crise. Em uma análise quantitativa, a maioria dos países reduziu em massa a adoção de políticas públicas com a ascensão do neoliberalismo.

Vale salientar que a adoção desse modelo também não foi suficiente para evitar o surgimento de novas crises, sendo o último acontecimento datado em 2008. As bases da mais recente instabilidade capitalista repousam nos ativos financeiros que foram comercializados muito acima do seu valor real, sendo tal processo denominado de *bolha econômica*. No caso estadunidense, houve um incremento nos valores dos imóveis sem a contrapartida do aumento de renda da população.

No que se refere às modalidades de trabalho, é importante destacar que elas se adequam ao momento histórico e ao contexto social ao qual são inseridas. Por essa razão, faz-se necessário analisar de que forma o discurso acerca de um sistema econômico é capaz de influenciar o modo como as políticas trabalhistas são articuladas, havendo, por conseguinte, uma ingerência direta na concepção de um modelo específico de trabalhador.

3 AS NECESSIDADES TRABALHISTAS GERADAS PELO NEOLIBERALISMO

Em sua totalidade, os modelos econômicos são inseridos a partir de um discurso autenticador da sua necessidade. Dessa forma, há uma remodelagem do que se entende por Estado, definindo-o como ineficaz, corruptível, propenso a gestões irracionais e dispendiosas. O neoliberalismo, nesse sentido, surgiu como uma possibilidade de superar as constantes crises econômicas³, sendo, para isso, imprescindível a desregulamentação do trabalho, a abertura

³ OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Liberalismo econômico. A crise do capitalismo e a tentativa de resposta teórica: a tese do “mercado total”*. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584002-liberalismo-economico-a-tese-do-mercado-total>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

comercial, a liberalização dos fluxos de capitais e as privatizações. Todos esses fatores seriam responsáveis por trazer a prosperidade para a economia mundial.

Aliado a esse contexto, a globalização – processo definido pela supressão das fronteiras com o intuito de atrair investimentos econômicos e promover o desenvolvimento – propiciou o aprofundamento e difusão desses modelos, visto que houve a conexão do mercado financeiro a todos os países do mundo por meio da internet.

Nesse viés, pontua Armando Boito Júnior (1999, p. 25), professor de Ciência Política da Unicamp:

Essa ideologia neoliberal de exaltação do mercado se expressa através de um discurso essencialmente polêmico: ela assume, no mais das vezes, a forma de uma crítica agressiva à intervenção do Estado na economia. O discurso neoliberal procura mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal. Superioridade econômica, em primeiro lugar, já que o livre jogo da oferta e da procura e o sistema de preços a ele ligado permitiriam uma alocação ótima dos recursos disponíveis, ao indicar as necessidades sociais e punir as empresas ineficazes. Essa alocação otimizada de recursos na produção faria crescer a riqueza geral.

O trabalho, uma vez objeto da lei do mercado, passa a ser consequência dessa lógica liberal ao ter suas concepções ontológicas modificadas. Em suma, além do trabalhador ser privado do conhecimento acerca do processo de produção, tornando-se alheio àquilo que produz, a classe operária também sofre ao ter que se reformular tão rapidamente. Nessa lógica, é importante que haja um apelo à linguagem, por parte do empresariado, que fundamente a diminuição de direitos e abale o arcabouço de garantias, de modo que a sua coexistência não seja possível. Apela-se, assim, para a capacidade de autogerência do trabalhador, bem como para a sua aptidão de *fazer o seu próprio horário* sem que se revele as consequências por trás disso.

Nesse sentido, as ofensivas contra os direitos do trabalho manifestam-se através do favorecimento da terceirização, da precarização e a elaboração de uma reestruturação produtiva capaz de construir novas formas de produzir. Por fim, a reforma do Estado foi encaminhada por processos acelerados de desestatização dos serviços públicos, estendendo a mobilidade do capital no sentido de encontrar áreas para acumulação ampliada de sua lucratividade. Dessa

forma, as concepções de trabalho também sofreram profundas alterações, enfrentando as consequências da lei do mercado.

Tendo em vista esse contexto, as modificações ocorridas no mercado capitalista resultaram na necessidade de um perfil diferenciado de trabalhador, sendo preconizada a importância de um profissional multifacetado, qualificado e, sobretudo, maleável. Todas essas características se contrapõem ao antigo laborante especializado.

A jornada de trabalho também é um assunto importante quando se analisa o cenário dos entregadores da economia colaborativa. Na obra *O Capital*, Marx (2008, p. 364) já preconizava a existência de duas jornadas de trabalho. Uma diz respeito ao trabalhador produzir o valor equivalente ao necessário para adquirir os meios de subsistência para sua manutenção e reprodução. A segunda refere-se ao tempo de trabalho excedente, no qual o trabalhador cria valor além do necessário para sua reprodução social. Contudo, no interior desse contrato firmado no mercado, não é possível distinguir qual o tempo de trabalho necessário e o excedente. Isso significa que o trabalhador não é capaz de entender se está desenvolvendo trabalho excedente ou não, porque ele não desvenda os mecanismos sofisticados de exploração capitalista.

Nos tempos onde os limites entre o virtual e o real estão cada vez mais nebulosos, o aumento da jornada tem um grande potencial expansivo aliado à flexibilização do trabalho. De modo geral, sustenta-se que ela poderia aumentar a competitividade em um cenário de mercados e tecnologias em constante evolução. A flexibilização do trabalho, portanto, se constrói em oposição a ideia de *rigidez* trabalhista, sendo essa última representada pelo trabalho regular codificado e uma legislação laboral protecionista. Richard Sennett (2001, p. 9-10) preconiza que:

É bastante natural que a flexibilidade cause ansiedade: as pessoas não sabem que riscos serão compensados, que caminhos seguir. Para tirar a maldição da expressão “sistema capitalista”, antes criavam-se circunlocuções, como sistema de “livre empresa” ou “empresa privada”. Hoje se usa a flexibilidade como outra maneira de levantar a maldição da opressão do capitalismo. Diz-se que, atacando a burocracia rígida e enfatizando o risco, a flexibilidade dá às pessoas mais liberdade para moldar suas vidas. Na verdade, a nova ordem impõe novos controles, em vez de simplesmente abolir as regras do passado – mas também esses novos controles são difíceis de entender. O novo capitalismo é um sistema de poder muitas vezes ilegível.

A aplicação do modelo neoliberal, nesse sentido, alcança o seu êxito ao condicionar o trabalhador à adesão maciça ao sistema. Em meio ao contexto de crise do capital, são implementadas drásticas mudanças no mundo do trabalho, sendo este o único caminho para a retomada da prosperidade. Para Félix Hobold (2002, p. 61):

Nessa linha, questões como a flexibilização dos direitos trabalhistas, o desemprego, a redução de salários, a precarização das condições de trabalho, a redução de benefícios previdenciários, dentre outros, devem ser entendidas pelos trabalhadores como normal para o momento atual, pois são necessários grandes sacrifícios para que haja o progresso e o desenvolvimento da sociedade, para que se possa ter a felicidade, o bem-estar e a paz para todos.

Sob esse viés, evoca-se o principal fundamento da teoria neoliberal para reduzir as garantias trabalhistas: a liberdade. Quanto maior o âmbito de atuação do livre mercado, maior será a flexibilidade da empresa e, como resultado direto disso, o aumento do crescimento econômico. Se por um lado há a garantia da liberdade para o mercado atuar, no outro lado da equação estarão asseguradas a produção de riquezas e o acúmulo do capital, possibilitando, assim, o aumento dos investimentos e a criação de empregos. A fórmula neoliberal se constrói, portanto, por meio de um círculo vicioso onde o progresso e a felicidade serão, teoricamente, garantias de todos.

4 TENDÊNCIAS RECENTES OBSERVADAS NO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO

Uma das alternativas para superar a crise capitalista foi a reestruturação da produção, objetivando-se, por meio disso, aumentar os lucros sem que fosse preciso complementá-los. Para tal empreitada, novas tecnologias foram criadas para intensificar o trabalho e subtrair os direitos trabalhistas. Nessa esteira, os trabalhadores por aplicativo representam o símbolo máximo da informalidade preconizada pelo neoliberalismo.

A opção pelo modelo neoliberal resultou em um desmantelamento maciço dos direitos do trabalho. Atualmente, pode-se constatar o aumento na proliferação dos empregos informais, sem nenhum tipo de garantia e sem nenhuma obediência aos ditames constitucionais. De acordo com Ricardo Antunes (2006, p. 52), as novas modalidades de trabalho se caracterizam por uma

crescente informalização, através da qual há a desregulamentação do trabalho, com redução do arcabouço de direitos conquistados historicamente.

Concomitantemente a isso, em um país com uma profunda crise econômica e onde os índices de desemprego são alarmantes, há uma grande dificuldade em encontrar o modelo de trabalhador exigido pelo mercado, uma vez que os requisitos para que os trabalhadores permaneçam empregados foge à realidade da maioria deles. Apresentando-se como uma *tendência inevitável*, a informalidade dos postos de trabalho poderia ser combatida com uma atuação maior por parte do Estado, atuação esta vedada pelo modelo econômico. É válido destacar ainda que as mudanças trabalhistas sequer aumentaram os postos de emprego, posto que não houve a criação deles, ocorrendo apenas a alteração de vagas formais por relações precárias.

Por não contarem com direitos trabalhistas básicos, os trabalhadores precisam alterar a forma com que administram o seu dinheiro e futuro. É preciso diminuir o planejamento a longo prazo, optando por economizar e trabalhar ao máximo, a fim de compensar os períodos em que não é possível trabalhar. Assim, a incerteza e a preocupação, única e exclusiva com o hoje, surgem como consequência de trabalhar sem as mínimas garantias.

Contudo, de acordo com o discurso capitalista, se há condições – ainda que precárias – de trabalhar, o indivíduo deve ser muito grato. Nos países onde os índices de desemprego estão alarmantes, é possível utilizar dessas oportunidades para garantir o seu sustento. Dessa forma, apesar de não haver qualquer estabilidade ou do cidadão não estar trabalhando em sua área de formação, é necessário ser grato ao sistema, uma vez que *inúmeras pessoas queriam estar no seu lugar*.

Todo esse cenário teve alterações ainda mais danosas ao analisarmos sob a ótica da pandemia do novo Coronavírus. Na Grande São Paulo, por exemplo, investigando-se apenas os meses de crise econômica impulsionada pela Covid-19, 280 mil novos trabalhadores se cadastraram nas plataformas da economia colaborativa⁴. Como consequência disso, com o aumento da oferta de mão de obra, a remuneração obtida com o mesmo trabalho cai drasticamente. Os trabalhadores precisam escolher entre assegurar a sua renda ou não

⁴ MONTERASTELLI, Alessandra; SERAFINI, Mariana. **Trabalhadores de aplicativo querem abalar as estruturas neoliberais**. Vermelho, [s.l.], 30 jun. 2020. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2020/06/30/trabalhadores-de-aplicativo-querem-abalar-as-estruturas-neoliberais/>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

comprometer sua saúde e necessidades básicas frente a um vírus que, em apenas um ano e meio no Brasil, já matou mais de 550 mil pessoas⁵.

De acordo com Félix Hobold (2002, p. 62), o novo padrão de desenvolvimento capitalista se iniciou, no Brasil, com o governo Fernando Collor. Itamar Franco, por sua vez, deu continuidade a esse processo, mas foi com Fernando Henrique Cardoso (FHC) que ele adquiriu nuances cada vez mais profundas. Em território brasileiro, a liberalização comercial e o maciço impulso ao processo de privatização caracterizam a investida neoliberal. Aloysio Biondi (1999, p. 18) pontua que as privatizações foram as principais responsáveis pelo aprofundamento da recessão:

As importações maciças realizadas pelos “compradores” tiveram um efeito mais devastador do que parecia à primeira vista. A compra de peças e componentes no exterior, em substituição à produção local, significou cortes na utilização também de matérias-primas, como plástico, borracha, metais, devastando setores inteiros, fechando fábricas, cortando empregos – isto é, puxando a economia do país para o fosso. Além disso, a própria concentração dos empréstimos do BNDES a esses “compradores” implicou, na prática, em que as demais áreas e centenas de milhares de empresas continuassem às voltas com a falta de crédito. Ou, ainda, submetidos a juros elevadíssimos, enquanto os “clientes” do BNDES desfrutavam de taxas baixíssimas, privilegiadas: chegam a apenas um terço dos juros cobrados no mercado.

Soma-se a isso os grandes investimentos destinados ao saneamento de alguns bancos particulares promovidos por FHC sob argumento de ser *a única medida capaz de salvar o sistema financeiro e econômico do país*. A reestruturação das políticas sociais e a desregulamentação e flexibilização das relações e dos direitos trabalhistas também foram medidas adotadas no período, mostrando, assim, de forma clara e evidente a opção do presidente em favorecer os donos do capital.

Em uma análise global, observa-se uma tendência aos empregos informais, com contrato de trabalho determinado, trabalho por meio período, teletrabalho, trabalho intermitente e o *home office* (escritório em casa) – modalidade que se difundiu bastante durante a pandemia do coronavírus e apresenta uma grande aposta das empresas para o futuro. Ademais, insta salientar que tais modalidades, em sua maioria, apresentam-se interligadas e mediadas pelas novas tecnologias.

⁵ MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Coronavírus Brasil**. Dispõe informações sobre a pandemia do Coronavírus no Brasil. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 01 ago. 2021.

Por fim, pode-se perceber que a flexibilização dos direitos trabalhistas, preconizada pelo modelo neoliberal, mostrou o seu lado mais perigoso ao atingir os trabalhadores. Frente a esse cenário, é necessário remodelar as estratégias de adaptação utilizadas pelo sistema capitalista, de modo a resguardar os direitos conquistados até então. O Estado, por sua vez, deve reavaliar o seu papel e, dessa forma, impedir – ou pelo menos evitar – que o trabalho perca totalmente os seus contornos social e legalmente estabelecidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão às reflexões anteriormente propostas, percebe-se que, com início em meados do século XV, o capitalismo foi concebido para ser um sistema no qual a força de trabalho é compreendida como uma mercadoria a ser vendida pelos trabalhadores e comprada pelos capitalistas. Após seis séculos sob a vigência do mesmo modelo econômico, o capitalismo encontrou meios para impor a sua hegemonia e o seu principal objetivo: a taxa de lucro.

Nesse prisma, surgiram as modalidades informais de emprego, justificadas como alternativas frente aos alarmantes índices de desemprego das economias emergentes. Ao longo do século XXI, o capitalismo utilizou da tecnologia e das necessidades individuais para manter os lucros dos grandes empresários. Contudo, tornou-se necessário desenvolver um maciço arcabouço ideológico para tal empreitada.

Por preconizar altas taxas de lucro, uma das principais premissas do capitalismo são as crises generalizadas e periódicas, causadas pela dificuldade do mercado em consumir tudo aquilo que produz. Para solucionar esse problema, o neoliberalismo surgiria como uma resposta capaz de sanar os maiores obstáculos do capital, tornando o Estado um instrumento a serviço da acumulação.

Ao se analisar o panorama dos países subdesenvolvidos, em específico o Brasil, constata-se que não houveram evidências suficientes que comprovassem a diminuição do desemprego ao adotar mudanças na legislação trabalhista. Em contrapartida, o que se observou foi uma alteração dos postos de trabalho formais em informais. Assim, abrir mão de direitos anteriormente assegurados como férias, décimo terceiro salário e seguro desemprego era um pequeno sacrifício a se fazer por um bem maior. É nesse cenário que o neoliberalismo encontra a sua base mais sólida e se expande como única alternativa. A partir desse primeiro momento, o sistema econômico passa a ditar as regras do jogo e impõe profundas mudanças nos vínculos

trabalhistas. As relações se flexibilizam, as leis são modificadas para beneficiar os empresários e o trabalho vai perdendo os seus limites outrora definidos.

Somado a isso, o discurso neoliberal tem um importante papel legitimador dessa conjuntura. A atuação do Estado passa a ser considerada como ineficiente, propensa a corrupções e uma ameaça à liberdade individual, característica essa intolerável frente aos ideais libertários da democracia. Para o trabalhador, são evocados grandes benefícios que justificariam tais mudanças: fazer o seu próprio horário e ser um empreendedor de si mesmo são as vantagens adquiridas com esse novo modelo.

No capitalismo do século XXI, tudo que se coloca como obstáculo frente à acumulação do capital deve ter sua lógica desmontada. Nesse sentido, a flexibilização dos direitos trabalhistas é uma necessidade do sistema, uma vez que a regulamentação do trabalho se constitui um entrave à hegemonia do capital.

Pode-se constatar, portanto, como o capitalismo apela para a construção do discurso autenticador de suas políticas, fazendo-se necessário analisar as consequências nefastas que tais atitudes desencadeiam no mundo do trabalho. Impõe ainda questionar de que modo as motivações políticas dos representantes do Estado estão sendo construídas. Mas é, sobretudo, imprescindível uma mobilização da classe trabalhadora como um todo, a fim de assegurar e retomar o que com muita luta foi conquistado.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?!**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. Brasil: Cortez, 2006.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado**: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

BOITO JÚNIOR, Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã, 1999.

HOBOLD, Félix. Neoliberalismo e trabalho: a flexibilização dos direitos trabalhistas. 2002. 187 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/82629/184873.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. rev. Trad. de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política – Livro II: O processo de circulação do capital**. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584929/mod_resource/content/1/Marx%20-%20O%20capital%20%28Boitempo%29%20-%20Livro%202.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2021.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Trad. de Marcos Santarrita. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

THE CONSTRUCTION OF THE NEOLIBERAL MODEL: AN ANALYSIS OF THE INFLUENCE OF THE MARKET ON THE TRAINING OF APP WORKERS

ABSTRACT

With the development of capitalism, the construction of a worker model turned out substantial to guarantee the alignment between theory and practice. Therefore, the present article has as a goal to promote an analysis of the founder speech of neoliberalism and its impacts upon the emergence of app workers. Thus, it has made a discussion about the policies adopted during the government of Fernando Henrique Cardoso. Finally, the dismantling of labor rights is exposed as a reflection of this doctrine. Besides, the paper leaned over bibliographic survey, building a critical view out of scientific articles and books on the subject.

Keywords: Neoliberalism. Flexibilization of labor rights. App worker.